

ATA N.º 46/2018

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2018

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Vice-Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----

----- 2.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

----- 1) Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-

----- Documentos previsionais:-----

----- 2) Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças; -----

----- 3) Documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças; -----

----- 4) Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças;-----

----- 5) Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças; -----

----- 6) Documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças; -----

----- 7) Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças;-----

----- Fixação de preços e taxas:-----

----- 8) Fixação dos preços pela prestação do serviço ao público de recolha de resíduos sólidos urbanos, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças;-----

----- 3.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram dez horas e quinze minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

Estiveram presentes os senhores: Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, Alexandra Tormenta, Técnica Superior de Urbanismo da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, e Jorge Carvalho e Gil Ribeiro da empresa Jorge Afonso Carvalho, Urbanísticas, L.^{da}, durante a apreciação do ponto um da ordem do dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1) *Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:* -----

Deliberação n.º 1360/2018: O senhor **Presidente da Câmara** referiu que, no seguimento da última reunião, de acordo com as propostas, que na altura, foram apresentadas, perguntou se os senhores Vereadores tinham algumas questões para colocar à equipa, para procurarem clarificar o possa ter ficado por esclarecer. Propôs que voltassem, de forma rápida, a algumas decisões já abordadas e listadas, no passado, para perceberem se existem alguns assuntos que possam merecer uma maior atenção, porque o objetivo seria procurar integrar as propostas que mereçam a aprovação da maioria das propostas dos senhores Vereadores e tomarem decisões para que seja programado um procedimento de intervenção, nomeadamente junto das freguesias e, depois, com as populações. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que deveriam discutir a proposta de regulamento para o PDM, porque, normalmente, é onde se encontravam as maiores complicações e uma delas tinha que ver com a cêrcea modal, que existe no PDM, em vigor, e que tem levantado alguns problemas. Perguntou se o conceito, que não encontrou na proposta de regulamento, relativamente ao futuro, iria ser substituído e como se iriam analisar futuras construções, se poderão dois ou três pisos. Disse, ainda, que tinha questões relacionadas com as construções em áreas agrícolas e florestais, referiu que, na sua opinião deveria ser feita uma análise, das alterações mais substanciais do regulamento, que considera ser extremamente importantes, para aquilo que será o futuro, do ponto de vista da proposta apresentada. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, relativamente à questão da cêrcea modal, estava a ser preparada uma proposta para alterar o PDM, para permitir a construção de edifícios, de acordo com o que tem sido analisado, inclusive, será presente, na próxima reunião de Câmara, um processo, onde se irá propor a audiência prévia para indeferimento, porque aquela situação, ainda, não está alterada. Em relação ao futuro, disse que deveria existir um método para abordarem o PDM e o que pretendem sobre o mesmo, porque estava a procurar fechar capítulos. Disse, ainda, que onde houvessem dúvidas, em relação a assuntos que foram abordados e a decisões que tenham que tomar, se deveriam clarificar as posições de cada um. Em relação ao regulamento, na sua opinião, podiam utilizar o método de colocar questões, mas achava mais interessante que se estabelecesse um prazo, que cada um dos senhores Vereadores pudesse colocar por escrito, as dúvidas e as propostas que tem, em relação ao regulamento que existe, e ao regulamento que está proposto, para que possam discutir com objetividade, qual a posição de cada um. Disse que o senhor professor Jorge Carvalho já tinha esclarecido, numa das reuniões, qual era, em termos gerais, a visão que existe na proposta de regulamento do PDM, em termos de futuro, e aquilo que ele permite, nomeadamente o referido pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves, sobre as possibilidades de decisão que o novo regulamento permite, em relação à questão das cêrceas modais e outras, porque a ideia com que ficou, foi que o conceito era mais largo, permitindo à Câmara Municipal e aos seus técnicos terem, em determinados casos, a possibilidade de autorizar construções, que atualmente não são permitidos. Disse, ainda, que a própria legislação restringia muito, algumas das preocupações que o senhor Vereador Jorge Gonçalves referiu, nomeadamente em zonas agrícolas, zonas de reserva, entre outras, pelo que solicitou a intervenção do senhor professor Jorge Carvalho. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que, relativamente à questão levantada pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves, sobre a cêrcea modal, em relação ao plano existente, havia, de facto, uma proposta de alteração pontualizada num artigo, que resolverá o assunto a contento, não sendo uma abertura total, e sim controlada, nos lugares onde a Câmara Municipal entender que pode, mas será uma proposta muito específica, de alteração, de uma das alíneas do Plano Diretor Municipal em vigor. Disse que na proposta de regulamento, não se fala da cêrcea modal, porque neste regulamento, que está a ser elaborado, é ao mesmo tempo muito detalhado e preciso, e ao mesmo tempo muito aberto, propositadamente, o que implica uma maior responsabilização, por parte dos técnicos que vão apreciar, do ponto de vista da decisão, ou seja, estão a ser criadas disposições regulamentares, que irão permitir a abertura, que estão, concretamente, no artigo 38.º, que diz: “*orientações gerais sobre morfologia urbana*”, e estão, também, mais especificamente, no artigo 79.º, que é idêntico

àquele, mas tem a ver com a ocupação quantitativamente dominante, que são as zonas habitacionais. Disse que, numa análise muito específica, relativa à situação de enquadramento onde a ocupação acontece, a Câmara Municipal fica sempre com a margem para interpretar, quer do ponto de vista funcional, quer do ponto de vista estético, as soluções mais adequadas. Disse, ainda, que a lei geral estabelecia que a apreciação, em qualquer processo, era por um lado regulamentar, por outro lado funcional e por outro, de enquadramento da paisagem, mas, depois, se tiverem disposições regulamentares que impeçam taxativamente determinadas situações, a Câmara Municipal fica, de alguma forma, maniatada, perante o regulamento, que a própria elaborou, que era o caso da cêrcea modal, tal como estava no regulamento. Referiu que com aquelas disposições, de âmbito geral, estabeleciam o enquadramento que permitia à Câmara Municipal, enquadrar situações daquele género. Relativamente ao solo rústico, disse que na proposta, quer do ponto de vista das orientações de todos os documentos legais, quer do ponto de vista do PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território, quer do ponto de vista da nova lei de bases, tudo lhes aponta para contrariar a ocupação dispersa e, portanto, no solo rústico, propriamente dito, têm a possibilidade de construir, mas pouco, sempre com uma nota, se fosse para um empreendimento turístico concentrado, eventualmente, poderia mais, porque do ponto de vista económico, podia ser interessante, mas poderia mais, também, em propriedades grandes, porque não seria para instalar um empreendimento turístico, só por si, seria um empreendimento turístico, no quadro de uma exploração agrícola ou florestal, mas como existem, no concelho, algumas áreas de edificação dispersa, identificaram essas áreas, umas de urbanas de baixa densidade e outras de rústicas de edificação dispersa. Referiu que no rústico que não seja de edificação dispersa, existem índices de construção bastante pequenos, para evitar que aquilo que aconteceu no passado, voltasse a acontecer no futuro. Disse que na perspetiva de ordenamento, na sua opinião, aquela regra genérica está certa e têm que suscitar o emparcelamento, porque as próprias explorações agrícolas e florestais têm que ter uma dimensão mínima. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que chegado o momento de olharem para a proposta de desenho da planta de ordenamento, e de terem o regulamento, continuava a achar que não se podia abordar os assuntos em roda livre, porque irião haver falhas, pelo que teriam que ter um método mais fiel, para reproduzirem as opiniões, procurando ter mais informação, face ao que iam discutindo, por isso tem tido alguma dificuldade. Questionou se não se devia fazer uma abordagem geral e preliminar, no âmbito da Comissão de Acompanhamento Local, precisamente, para terem alguma informação de pessoas que nunca viram o processo, que os podem ajudar. Referiu que, na sua opinião, a Câmara Municipal não deveria decidir um documento final, sem antes fazer aquelas abordagens, mas para isso, seria preciso que houvesse alguém que definisse uma estratégia de atuação, que pensa, que caberia ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, eventualmente, definir uma estratégia para que isso aconteça, porque estavam num impasse. Disse, ainda, que não tinham chegado aos consensos todos, relativamente à planta de ordenamento, apesar de o senhor Presidente da Câmara, referir muitas vezes que fizeram uma votação, mas não foi feita votação nenhuma, os Vereadores pronunciaram-se, dando opinião de como deveria ficar a Marginal Norte, e na última reunião, acabaram de alterar a proposta, que supostamente, tinha sido o que se votou, segundo o senhor Presidente da Câmara. Disse que há questões que foram levantadas, ao longo dos últimos meses, que ainda não tiveram resposta prática, dando com exemplo, a questão de um novo equipamento de educação na zona central, junto à Escola D. Luís de Ataíde, que ainda não viram a proposta colocada na planta de ordenamento. Disse, ainda, que não podiam estar a fazer aquela revisão e não estar a perspetivar que se possa vir a ter outro tipo de equipamentos, e isso dependia, também, de ter na planta de ordenamento, uma proposta clara, do que era a rede de equipamentos, para o concelho de Peniche do futuro, onde devem ficar. Disse que não sabiam se iriam ter Museu Municipal ou Multiusos, e numa determinada altura, chegou a ventilar a hipótese, de a zona dos armazéns da Câmara

Municipal, ser uma área reservada a equipamento, virada ao fosso, e a proposta nunca chegou a ser discutida. Referiu que verificou que o senhor professor Jorge Carvalho propôs na zona da fábrica da Ramirez, uma zona de equipamento, e perguntou porque é que seria ali e não na área dos armazéns. Relativamente à questão da mobilidade dos transportes, disse que continuava a questionar se o verão no Baleal, teria que ter todos aqueles carros que, na sua opinião, não têm que lá estar, desde que os transportes permitam fazer a ligação. Disse, ainda, que existem outros concelhos que têm transportes para as praias em sistemas sobre carris, será que Peniche não poderá ter um transporte sobre carris que passe por algumas zonas. Referiu que a política de transportes teria que ser uma questão a abrir no novo Plano Diretor Municipal, não tendo, ainda, visto aquela questão referenciada. Disse que se falou, também, do acampamento de étnia cigana, e a proposta existente prende-se a uma via que, anteriormente, era a Avenida Paulo VI, que deixará de existir, para ser outra via, apenas porque existe ali o acampamento. Relativamente à questão das zonas verdes, referiu que o senhor Vereador Jorge Gonçalves, há algum tempo, solicitou uma contagem das zonas verdes, no PDM atual, e aquilo que eram os espaços verdes atualmente, e chegou-se à conclusão que existem menos espaços verdes, e perguntou se era aquilo que queriam, referindo que teriam que falar sobre o assunto, mesmo que fossem mais espaços verdes para tratar, mais custos para o município, mas, também, poderia não ser, dependeria da estrutura que falassem. Disse, ainda, que se falou, também, de um parque desportivo ao ar livre, que seria o parque do Vila Maria, que está previsto no atual PDM, deveria ser feita uma discussão sobre o tema equipamentos desportivos, se estão integrados ou não, se se conseguem integrar os existentes, de que forma. Referiu que falaram, também, do autocaravanismo, sobre que forma teriam de resolver aquele problema, se tinham que ter um parque de autocaravanas de maior dimensão, ou vários parques mais pequenos e, também, esta matéria não foi devidamente discutida. Disse que esperava que pudessem discutir aquelas questões, que estão pendentes, e que, também, possam discutir, melhor, a discussão das classes de espaços, que estão na proposta, nomeadamente edificação dispersa e urbano de baixa densidade, porque depois das intervenções do senhor Vereador Júlio Coelho e depois de terem questionado o senhor professor Jorge Carvalho, sobre aquele assunto, foi muito pouco conclusivo, relativamente à proposta de substituírem edificação dispersa por urbano de baixa densidade, tendo dito, apenas, que violava a lei e, portanto, não podia ser feita. Disse, ainda, que, relativamente àquelas classes de espaços, fizeram um exercício prático, com as regras que estão no regulamento, de tentar edificar no urbano de baixa densidade em algumas áreas e não conseguiram fazê-lo. Disse que o regulamento tinha que permitir, a quem quer fazer as coisas, também, ser fácil de concretizar, porque a Câmara Municipal não pode estar, no futuro, constantemente a deparar-se com situações em que se tem de pedir um parecer técnico, ou ter um consultor jurídico ou consultor técnico, para dar respostas. Referiu que, quando existem regras claras, para responder, todos fazem o mesmo. Disse que gostava que o PDM pudesse dar ferramentas ao Município, para trabalhar com mais certeza, com mais segurança e, também, ferramentas aos proprietários, para poderem fazer com mais regras. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não se iria arrastar a situação do PDM, por tempo indeterminado. Referiu que houve uma votação de sensibilidades, em relação à Marginal, o que ela representa, podia ser discutível, porque, em última análise, tal como o senhor Vereador Jorge Gonçalves referiu várias vezes, será a Assembleia Municipal, a decidir. Em relação à forma e ao método, disse que entendia que, pelo menos, nas questões que já foram abordadas, e que não foram todas clarificadas, não houve orientação da Câmara Municipal, na sua opinião, seria interessante passarem por elas para fecharem algumas dessas questões. Disse não iriam ter tempo indeterminado para que cada um faça as propostas para o regulamento, sugerindo que se estabelecesse um prazo para que cada um avalie, se o quiser fazer, o regulamento, durante quinze dias ou um mês, para poderem fazer as propostas. Disse que cada um iria ter a oportunidade de colocar questões, fazer as suas propostas, que avaliarão entre todos. Relativamente à questão da comissão, disse que a chamada Comissão

de Acompanhamento do PDM, foi aprovada em reunião da Assembleia Municipal, e não entendeu, nem entende, que deve ser a Câmara a dinamizar essa comissão, que naturalmente, vai partilhar e participar. Disse, ainda, que não iria deixar passar muito tempo para começar a fazer reuniões com a população, dando a informação necessária, apresentando as propostas que estão trabalhadas e procurar recolher as sensibilidades de cada um. Referiu que existiam algumas questões mais problemáticas, nomeadamente a questão de Ferrel – Baleal, que terão que analisar, em primeiro lugar, com a Junta de Freguesia e, posteriormente, colocá-la em discussão com a população. Relativamente à Comissão de Acompanhamento do PDM, da Assembleia Municipal, disse que iria ser questionado, aos membros representantes dos partidos, que têm representação nos dois órgãos, e convidar as restantes entidades, que estão previstas naquela comissão e marcar uma reunião. Disse que, depois, iriam ser marcadas reuniões com a população e com as Juntas de Freguesia. O senhor Vereador **Filipe Sales** disse que, já no tempo do anterior Presidente de Câmara, aquando o início de revisão do PDM, chegou em algumas circunstâncias a imiscuir-se ou a tentar sugerir que pudesse envolver os técnicos do Município em sessões daquele género, pelo que, lamentava que, uma vez mais, apenas ver uma técnica da Autarquia, mas que lhe parecia muito importante que todos os técnicos ali pudessem estar. Relativamente à questão que o senhor Presidente da Câmara colocou sobre o prazo para apresentar propostas, que acha bem, no entanto, referiu que era importante, criticando a falta de método com que se abordam aquelas questões. Disse, ainda, que não tinha estado presente, aquando da discussão, no dia 10 de setembro de 2018, e a conclusão a que chegou foi que o documento, ali apresentado, era o mesmo de dia 10 de setembro de 2018, pelo que estavam, exatamente, no mesmo estado que estavam na altura e, o grupo de Vereadores do Partido Social Democrata, na Câmara Municipal, apresentou um documento, de nove páginas, que, inclusive, o senhor Presidente da Câmara partilhou com os restantes membros da Câmara Municipal, no dia 3 de outubro de 2018, onde o senhor Vereador Júlio Coelho, que estava legitimamente a exercer as suas funções de Vereador, apresentou uma proposta do grupo de Vereadores do PSD, que não viu respondida, sequer, a uma única questão, face aos contributos que ali foram apresentados. Disse que se a ideia era que cada Vereador pudesse formular uma proposta escrita para a revisão do PDM, acha bem, questionando o que depois iria ser feito com o conjunto de inputs que vão ser dados por cada um. Deu conta que estavam de facto a trabalhar na matéria, que era um processo, que, ele em particular, tinha algumas dificuldades, porque requer alguma aptidão técnica, que confessou não a ter, mas tem procurado, junto de quem sabe, tentar colher contributos, mas gostaria de ouvir do senhor Presidente da Câmara, o que iria fazer aos contributos que vão ser gerados, tendo em consideração que, já numa abordagem preliminar, o grupo do Partido Social Democrata, da Câmara Municipal, enviou um conjunto de contributos, e que, lhe parece, não foram devidamente tidos em conta. Perguntou, de forma objetiva, ao senhor Presidente da Câmara, em que conta tomou os contributos enviados por email, no dia 18 de setembro de 2018, pelo senhor Vereador Júlio Coelho. O senhor **Presidente da Câmara** disse que havia uma ausência de informação, uma vez que o senhor Vereador não tinha estado presente. Disse que o senhor professor Jorge Carvalho, na reunião, respondeu a um conjunto de situações que apresentou, e o documento não foi dirigido ao Presidente da Câmara, foi dirigido ao senhor professor Jorge Carvalho. Disse, ainda, que, obviamente, não seria o Presidente de Câmara a responder, tecnicamente, aos senhores Vereadores. Referiu que a participação dos técnicos Municipais, não se resumia à vinda às reuniões, porque tem estado a ser feito um trabalho entre a equipa interna e a externa, pelo que não via grandes vantagens, que todos os técnicos estivessem presentes, o tempo todo, numa reunião. Em relação à acusação da falta de método, que era recorrente, disse que foi dada a oportunidade que cada um fosse dando os seus contributos. Referiu que não entendeu que tinha que dar resposta, àquele documento, alínea por alínea, mas iria dar instruções aos técnicos para o fazer, entendeu como um contributo para que, em reunião de Câmara, se pudessem debater com os técnicos, que normalmente estão presentes,

tentando melhorá-los e clarificá-los. Disse, ainda, que a reunião que, neste dia foi marcada, tinha que ver com a oportunidade de os senhores Vereadores continuarem a fazer as suas propostas e colocarem as suas questões, logo o método estava encontrado e não valia a pena continuar a arrastar aquelas reuniões. Disse que o pretendido era aproveitar a oportunidade para clarificarem algumas das questões, que na sua opinião, estavam por clarificar. Referiu que deveriam estabelecer uma data, sendo o regulamento muito objetivo. Deu conta que iria marcar uma reunião com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, para encontrarem uma data, no sentido de operacionalizar a constituição da comissão que, na sua opinião, deveria ser a Assembleia Municipal a fazê-lo e cada um indicaria os nomes que entender e, posteriormente, marcar com a equipa técnica para fazerem a apresentação e dar a oportunidade de serem dados contributos. Disse que iria reunir, o mais rápido possível, com as Juntas de Freguesia, para lhes apresentar o trabalho já elaborado, procurando receber contributos, e de seguida, marcar reuniões com a população, com o que estiver feito. Voltou a frisar que gostava que revisitassem algumas das questões que, na sua opinião, não ficaram devidamente clarificadas. Em relação à Marginal Norte, disse que foi assumido que deveria permanecer, e a questão que suscitou novas interrogações tinha que ver com o facto de o arruamento passar a nascente da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, entrando, depois, novamente na Marginal, a seguir ao estacionamento que está a ser construído. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que, de facto, o método que escolheram para discutir grandes temáticas, era sempre fundamental para se conseguir resultados em menos tempo, ou mais aprofundados, mas não era fácil, porque estão num tipo de debate que tem visões de várias ordens, e que estão sempre a mudar, em função do próprio debate. Disse que era muito sensível, naquilo que são grandes questões, arrumassem o assunto, para não estarem, permanentemente, a saber o que se vai ou não fazer. Disse, ainda, que, sobre o documento que iriam elaborar, se previamente não consolidarem ideias, poderão haver contributos divergentes. Referiu que, na sua opinião, a proposta de revisitação lhe parecia prudente e interessante. Disse que era sensível a algumas questões levantadas pela senhora Vereadora Cristina Leitão, nomeadamente, em relação às soluções de transportes inovadoras, que de alguma maneira deve ser prevista no PDM, e à questão das zonas verdes. Disse, ainda, que, na sua opinião, estava na altura de consolidar uma visão global, para depois, com os contributos, se os houver, se voltaria a refletir sobre os mesmos, ou seja, na sua opinião, antes de ser apresentado à comissão, deveria ir uma visão ultimada, o mais refletida possível, por parte da equipa autárquica, seguidamente, incorporar os contributos que cheguem da comissão, depois com as Juntas de Freguesia e só depois tornar público a proposta da Câmara Municipal. Referiu que, neste momento, não teriam grandes hipóteses de construir outro método que não seja o que estavam a seguir, porque estavam numa fase muito adiantada do processo e, o que lhe parece mais razoável, era verificar o poderiam consolidar, porque todas as opiniões são válidas, quando imbuídas da vontade de fazer melhor. Concluiu dizendo que deveriam passar para as grandes áreas e, depois, dar o prazo para que se possa dar contributos, remarcar uma reunião para discutir, obviamente, já com um parecer técnico a integração dos contributos, confessando que as questões que tinham que ver com a construção dispersa e a construção urbana de baixa densidade, era uma matéria em que não estava muito seguro, da mesma maneira que subscreveu a ideia para a zona junto do farol, uma zona de construção dispersa, onde não fecha a possibilidade de poder ser interessante outro tipo de solução. Disse que o documento era demasiado importante para haver precipitações, porque irão chegar a uma altura em que se irão tomar decisões, e quanto mais assertivas e consensuais forem as decisões que se tomem, mais eficaz e assertivo será o instrumento tão importante como é o Plano Diretor Municipal. O senhor **Presidente da Câmara** disse que apenas naquele dia tinha percebido que a proposta não era do senhor Vereador Júlio Coelho, mas do Partido Social Democrata, o que clarificava, para si, algumas questões, até porque existe um conjunto de decisões muito importante a tomar, que pretende clarificar. Disse que a comissão não iria substituir a necessidade de dar a oportunidade,

o mais rápido possível, de abrir aquele dossier à população. Disse que, obviamente, queria trabalhar o melhor possível com a comissão, que foi criada, mas, em última análise, quem faz as propostas é a Câmara Municipal e quem decide é a Assembleia Municipal. Em relação a outra das questões que já tinha referido, disse que era preciso, pelo menos ao nível do regulamento, procurar, durante muitos meses, perceber as sensibilidades de cada um dos sete elementos, para ver como poderiam avançar, mais num sentido ou noutro e, não valia a pena insistir, porque não terão uma proposta unânime, em relação a muitas das questões que estão a ser discutidas. Disse que deveriam aproveitar para darem contributos, no sentido de melhorar, o melhor possível, o documento que irá ser aprovado e proposto à Assembleia Municipal, lamentando que estejam a levar muito tempo para o conseguir, independentemente das apetências de cada um, porque existem questões que até estão de acordo. Deu exemplo da questão dos transportes, que já se falou diversas vezes, referindo que era um objetivo melhorar, de forma significativa, a rede de transportes públicos, e o desejável era retirar a pressão de viaturas do estacionamento de algumas zonas, nomeadamente das praias, mas não só. Questionou se, em sede de PDM, estavam em condições para já, de estabelecerem uma nova rede de transportes públicos, referindo que poderiam perspetivar que sim, porque é um desejo geral. Relativamente à conclusão que se tirou sobre a nova proposta estabelecer menos área de zonas verdes, disse que era precisamente o contrário, estabelece mais áreas verdes, mas que deve haver uma preocupação de reduzir as zonas de relva, na sua opinião, deve, até por causa de vários custos e da exigência que tem, em termos de manutenção. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que já estavam ali há um ano, a fazerem a discussão do Plano Diretor Municipal, e nunca foi visto, por parte do Partido Social Democrata, não apresentarem contributos ou não contribuir para a discussão, referindo que não contassem com a própria para aprovar um PDM à pressa. Disse que se aquela discussão tivesse que ser arrastada para resolver as situações que estão por resolver teria que ser. Em relação à questão dos contributos externos, disse que era natural que não venham contributos quando se faz apenas uma reunião, porque ninguém espera que o assunto chegue a uma comissão local de acompanhamento e que as pessoas que lá estão, sejam mais ou menos entendidas, possam fazer uma discussão sobre o que lhes é apresentado. Referiu que o senhor Presidente da Câmara deveria entender a questão da comissão, como um teste, que tem que fazer a gestão do procedimento, junto das populações, era uma forma de se ir preparando, porque, ela própria, tem algum receio. Em relação ao regulamento, quando introduziu aquela questão, disse ao senhor professor Jorge Carvalho, na sua opinião, que deveria ter em atenção que as definições que estão no regulamento, muitas delas não cumpriam as disposições do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, e precisa que o senhor professor responda. Referiu que o senhor professor, a determinada altura, disse que a rede rodoviária, no concelho, era constituída por Estradas Nacionais e Regionais, e perguntou se as vias estruturantes de nível três, regionais, existiam no concelho de Peniche, porque achava que não existiam, mas estão no regulamento. Disse que haviam algumas terminologias que não eram do Plano Diretor Municipal de Peniche. Referiu que tinha algumas dúvidas se o PDM não tinha que ter definidos, as áreas de reabilitação urbana, os planos de salvaguarda, que estavam a pensar propor, porque as GOP do Município referem que iriam fazer planos de salvaguarda. Disse que queriam fazer ARU, perguntou quais eram, dando exemplo que nos conjuntos edificados de valor patrimonial, artigo 16.º, onde fala do Visconde, perguntou, também, se a Câmara Municipal tinha algum tipo de projeto para o Bairro do Visconde. O senhor **Presidente da Câmara** disse que já falaram durante meses no regulamento, e se existem ideias amadurecidas, cada um deveria expressá-las, de forma organizada, referindo que devem ser tomadas medidas para que o assunto desenvolva e progrida, que não esteja estagnado. Disse que, realmente tinha passado um ano, e era bom que se organizassem, no sentido de cada um poder fazer o melhor possível, dentro de prazos limitados. Referiu que todos se deveriam esforçar para que o PDM seja um documento que sirva os interesses das populações e que todos consigam transmitir para os outros e, nomeadamente, para os técnicos Municipais e da equipa externa, os

seus entendimentos, as suas sensibilidades, a forma de ver o território e a forma de o organizar. Disse que espera que a comissão tivesse muitas competências, muitas opiniões e que possa dar contributos para enriquecer o documento, aliás, não tem a mesma opinião que o senhor Vereador Rogério Cação quando refere que não vão aparecer pessoas com conhecimentos e com competências, na sua opinião, acha que será o contrário, que vão existir algumas pessoas que irão dar contributos e enriquecer, naturalmente, as propostas da Câmara Municipal. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que pretendia clarificar algumas questões, porque parecia que tinha dito que ouvir as comissões era inócuo, mas não disse nada daquilo, o que disse foi que muitas vezes esperava-se muito das comissões e depois o que vem de lá, não é tão importante ou relevante, o que era verdade para a generalidade das comissões, não estava a desmerecer o papel das comissões, nem que não vá lá estar gente com conhecimento. Disse à senhora Vereadora Cristina Leitão que não disse que era uma reunião da comissão, quando falou na reunião da comissão, pressupôs que seriam as reuniões necessárias para que a comissão tomasse a sua posição. Recordou que a comissão teria representações, que são partidárias, e os partidos, certamente, que devem preparar, previamente, a participação. Reafirmou que poderia participar, mais ou menos, preferindo ouvir mais, mas todos poderiam ter a certeza de que ali ninguém discutia aquele assunto de uma forma mais séria que ele próprio e, também, concordava que aquele documento era demasiado importante para que o possam apressar, mas, também, não o devem adiar. Disse que era diferente fazer coisas com tempo do que retardar coisas que podem ser feitas de uma forma mais lesta, e desse ponto de vista, na sua opinião, teria que se encontrar os métodos certos para que, não deixando de ter o tempo necessário para aprofundar as questões até onde elas têm de ir, mas, também, para não continuarem a adiar soluções. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que, independentemente do que já foi dito, e da comissão de acompanhamento, achava que não era à Câmara Municipal que competia dinamizar a comissão de acompanhamento, referindo que havia alguma confusão à volta do processo. Disse que competia à Assembleia Municipal, que é um órgão independente da Câmara Municipal, e foi a Assembleia Municipal que decidiu designar uma comissão para acompanhamento do PDM, que na sua opinião, lhe parece extremamente válido, porque pode articular as posições do órgão executivo, com o órgão deliberativo, no sentido de ser mais rápido todo o procedimento que leve à sua aprovação. Referiu que a comissão não pode reunir sem ter documentos, e esse era o papel da Câmara Municipal, porque havendo disponibilidade da comissão para a reunião, a Câmara Municipal terá que fazer chegar os documentos que existem. Disse, ainda, que, sendo tão importante como é a revisão do PDM e tendo levado, até agora, tantos anos como já levou, não seria um mês que traria problemas àquele processo e, na sua opinião, se pretenderem admitir como prazo o final do ano, desde que da parte da Assembleia Municipal e da Comissão de Acompanhamento, também houvesse algum trabalho durante aqueles dois meses, porque se não, não faria sentido apressar e estar à espera que a Assembleia Municipal diga alguma coisa, relativamente às suas posições, e depois disso, na sua opinião, não se devia ir para o exterior e para as reuniões públicas, sem primeiro haver alguma coisa mais consensualizada, entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, sobre aquilo que se coloca na opinião pública, porque qualquer coisa que não esteja consensualizada entre a Câmara e a Assembleia Municipal, como soluções seguras, relativamente ao futuro e que sejam transmitidas em termos de opinião pública, elas praticamente para a opinião pública, figuram como se fossem decisões definitivas. O senhor **Presidente da Câmara** disse que achava aceitável que se estabeleça o prazo para dois meses, para final de dezembro, se for esse o entendimento. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** deu conta que todos os senhores Vereadores tinham recebido uma carta registada, relativamente à revisão do PDM, e se existir mais alguma coisa que tenha sido endereçada à Câmara Municipal, nos últimos tempos, relativamente a este assunto, gostariam de ter acesso, para saberem quais as questões que lhes são colocadas. O senhor **Presidente da Câmara** disse que os senhores Vereadores receberam a carta antes da Câmara Municipal. Referiu que todas as questões sobre o PDM, eram

encaminhadas para a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, e aquela era a primeira oposição/ reclamação a chegar e será analisada, primeiro pela Câmara Municipal, mas, obviamente, será estudada pela equipa técnica. Em relação à comissão que foi aprovada na Assembleia Municipal, perguntou se estavam em condições para cada grupo poder indicar o seu representante nessa comissão, para que seja indicado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse que, da parte da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal iria questionar os grupos. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que ficou satisfeito, porque finalmente se fixou um método e um prazo. Disse que era importante que, na próxima reunião que houver, às questões que são levantadas, a Câmara tome uma decisão, que não será definitiva, porque o plano há-de ser continuado a discutir, relativamente a fechar um documento que vem à discussão, e para isso propôs que houvesse uma data para os senhores Vereadores entregarem os seus contributos e que a equipa técnica tivesse tempo para os organizar em temas, e depois, relativamente a cada tema discutido, fazia-se uma ata sobre as conclusões. Disse, ainda, que a questão não era ter respostas, mas decisões relativamente ao ultimar um primeiro documento. Disse que a senhora Vereadora Cristina Leitão referiu alguns temas que já foram discutidos e concluídos, tiveram respostas claras. Disse que, a ocupação dispersa, na Península, todas as questões levantadas tiveram respostas, autocaravanismo, discutiram o assunto e enviaram à Câmara Municipal uma proposta de alteração, por escrito. Por exemplo, equipamentos, foram dadas respostas, portanto, era importante que houvesse uma ata, sobre os pontos tomados, para saber exatamente o que se decidiu, senão, de facto, o processo vai sendo arrastado. Sugeriu aos senhores Vereadores, que distinguissem o são questões importantes políticas, do que são pormenores da escrita regulamentar. Referiu que, relativamente aos pormenores da escrita regulamentar, estava a passar o regulamento a pente fino, para se fazer uma reunião com os serviços, artigo a artigo. Disse que não valia a pena vir para a reunião de Câmara, discutir pormenores, que são palavras, que não têm conteúdo e consequência política. Disse que qualquer contributo era muito importante, porque para quem escreve um regulamento, pode falhar alguma coisa. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que falou de coisas, do tipo da redação, porque achou que, ali, não iriam falar de coisas mais pormenorizadas. Disse que o senhor professor referiu que foi discutido o urbano de baixa densidade e da edificação dispersa, mas se lessem o âmbito de objetivos de identificação, do artigo 82.º e do artigo 52.º, gostava de saber qual era a diferença. Disse que o que abordaram, também, quando abordaram aquele assunto, foi a questão conceptual, perguntando se pretendem que Peniche seja ou não sede de concelho, querem que tenha característica urbana ou não querem, referindo que aquele tipo de coisas não eram de pormenor do regulamento, eram de discussão da Câmara Municipal. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que na lista que os senhores Vereadores vão apresentar, podem ser temas novos que não foram discutidos ou podem ser revisitados temas, mas depois de concluir fica concluído, porque senão irão voltar sempre a ele. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que, na verdade, abordaram uma questão, na reunião passada, que, na sua opinião, a Câmara Municipal ainda não decidiu sobre se acha que têm que reforçar a urbanidade e como se fazia. O senhor **Presidente da Câmara** sugeriu que se agarrasse nos assuntos que já abordaram, que estão listados, e fazer uma grelha sobre qual foi a opinião da Câmara Municipal em determinado momento, para se perceber em que estado está cada um dos assuntos. Disse que tinha uma reunião agendada com os técnicos Municipais, em conjunto, com o professor Jorge Carvalho e o Arquiteto Gil Ribeiro, onde se abordarão diversas questões, e a preparação do que se pretende fazer num próximo futuro, a curto prazo, e avaliar como se vai fazer a reunião da comissão, para se conseguir estabelecer uma data e se a mesma seria favorável para a equipa externa. Disse que os documentos existentes iriam ser fornecidos, e para além dos documentos, na sua opinião, poderia ser feita uma apresentação de todo o concelho, das plantas que estão trabalhadas e das propostas que estão feitas.-----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

2) Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1361/2018: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com três votos a favor, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitos Por Peniche, dois votos contra, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata e duas abstenções, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta das Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2019, conforme proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara. Os senhores Vereadores do Grupo de Cidadão Eleitores Por Peniche informaram que iriam entregar declaração de voto sobre este assunto.-----
O senhor Vereador Jorge Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2019

De acordo com a legislação em vigor, decreto-lei nr: 54-A/99, de 22 de fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL) as Grandes Opções do Plano é o instrumento onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia para o ano de atividade. A proposta apresentada pelo Sr. Presidente mistura o que é estratégico com o que é a atividade corrente da autarquia. Mistura o aspeto temporal. O ano de atividade com vários anos que são necessários para dar concretização às intenções manifestadas.

A proposta nas questões mais importantes é vaga, com muitas promessas de intenções e pouco objetiva nas concretizações e nas prioridades que estabelece para o desenvolvimento da atividade municipal.

Neste sentido, a proposta não poderia merecer o nosso parecer favorável.» -----

O senhor Vereador Rogério Cação, eleito pela Coligação Democrática Unitária, entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2019

As grandes Opções do Plano do Município de Peniche para o ano de 2019 não são certamente as que a CDU apresentaria, se tivesse essa responsabilidade. Mas a verdade é que, no essencial, elas são fundadas em ideias e até projetos que decorrem do anterior projeto autárquico anterior. Reconheça-se também que foram acolhidas algumas propostas de alteração por nós formuladas. Neste contexto, a CDU optou por não obstar à aprovação do documento, optando por uma abstenção que, expressando a nossa não concordância com a globalidade do documento, deixa ainda assim algum espaço de manobra para que nos possam provar o contrário.» -----

Os senhores Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata, entregaram a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2019

Os Vereadores do PSD votam contra a proposta de Grandes Opções do Plano (GOP) para 2019 apresentada pelo Presidente da Câmara, Henrique Bertino, com os seguintes fundamentos:

- *A lei determina que “nas GOP são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem as atividades mais relevantes da gestão autárquica”. Devem ser um documento prático, livre de redação “para encher”, devendo incluir as atividades mais relevantes a executar no ano seguinte, o que neste caso não se verifica.*

- *As GOP devem ter linhas muitas claras de ação, e devem responder claramente às questões: “COMO?” e “QUANDO?”. Quando é que vai ser feito. E como vai ser feito. Portanto devem ser um documento pragmático e com referências muito claras quanto às atividades a executar, o que neste caso também não se verifica.*
- *Não se veem medidas essenciais e estruturantes para 2019, sendo que se subtrairmos à proposta aquilo que é o funcionamento normal dos serviços da CMP, tarefas de gestão corrente que se tem naturalmente de continuar a desenvolver, deparamo-nos com um documento com pouca ou nenhuma objetividade.*
- *Da análise das poucas propostas que se apresentam verifica-se que estas não têm tradução em termos de verba no orçamento proposto, fazendo das GOP um documento de meras ilusões.*
- *Continua, pelo segundo ano, a ser um orçamento de continuidade que não responde às necessidades de desenvolvimento nem resolve os graves problemas que enfrentamos em Peniche.*
- *Ficam de fora questões que no programa eleitoral do GCEPP eram prioridade absoluta, como a resolução da questão do acampamento de etnia cigana ou medidas concretas para dinamizar o comércio local.*
- *Ficam também por meras considerações matérias como a Revisão do Plano Diretor Municipal, a gestão da Habitação Social ou a forma de concretização da nova área industrial (Plano de Urbanização do Vale do Grou).*
- *Áreas como a Saúde ou a Educação não são pormenorizadas em qualquer medida, ação ou orientação, surgem no documento como generalidades, sem concretização, apontando numa clara falta de estratégia, especialmente em áreas estruturais e de importante relevância para o nosso desenvolvimento económico e social.*
- *O documento das GOP 2019 não faz referência a incentivos ao investimento ou à criação de emprego. Para esta área estruturante o documento não define orientação.*

Como aconteceu no ano anterior, os documentos foram apresentados a discussão e sujeitos a votação dois dias depois. Não foi incluído no documento a votação uma única alteração, proposta, sugestão ou consideração que efetuámos no momento da discussão do documento.

O Presidente da Câmara justificou que “não houve tempo em dois dias de alterar o documento”, tempo esse que foi por ele definido! Por outro lado, apesar da nossa muito detalhada análise, desvalorizou o trabalho dos seus pares tendo considerado que “aquilo que foi apresentado foram questões de pormenor”, tendo inclusive terminado com a lamentável observação de que “a vossa votação não dependeria disso...”, mostrando total desrespeito pela opinião fundamentada dos restantes membros desta Câmara Municipal.»-----

3) Documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1362/2018: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta dos documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2019, conforme proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara. Votaram contra, os membros da Câmara eleitos pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Socialista, absteve-se o membro da Câmara, eleito pela Coligação Democrática Unitária e votaram a favor, os membros da Câmara, eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitos Por Peniche, tendo o senhor Presidente da Câmara usado o voto de qualidade após se ter verificado empate na votação. Os senhores Vereadores do Grupo de Cidadão Eleitores Por Peniche e do Partido Social Democrata informaram que iriam entregar declaração de voto sobre este assunto. -----
O senhor Vereador Jorge Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, entregou a seguinte declaração

de voto:

«Declaração de voto

Documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2019

A apresentação por parte do Sr. Presidente da Câmara dos documentos previsionais para 2019, com especial destaque para o Orçamento 2019 não poderia ter o voto favorável do Partido Socialista na Câmara Municipal.

O orçamento para 2019 prevê um aumento de receita de 714.680 Euros relativamente a 2018 obtido essencialmente por via dos impostos diretos. Prevê-se aumentar a arrecadação do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis em 653.000 Euros. Só por si este imposto é responsável em 91,36% pelo aumento total da receita prevista para o próximo ano.

As receitas de Capital diminuem 421 825 Euros o que significa menos recursos financeiros para o investimento.

As práticas das execuções orçamentais dos anos anteriores demonstram que dificilmente a previsão da receita global será concretizada. No que depende da atividade da Câmara a previsão anda sempre acima da execução.

O total das Despesas aumenta 714.680 Euros relativamente ao orçamento de 2018. As despesas correntes têm um aumento de 955.940 Euros, em que a despesa com o Pessoal representa um aumento de 901.175 Euros, mais 13,70% relativamente ao orçamentado para 2018. Se analisarmos a evolução das despesas com o Pessoal verificamos: Que a previsão para 2017 era de 6.026.055 Euros. Para 2018 de 6.577.210 e para 2019 de 7.478.385 Euros. Ou seja, de 2017 para 2019 a previsão aumenta 1.452.330 Euros, o que representa um aumento de 24,10% em apenas dois anos.

Existe da parte do Presidente da Câmara a intenção de um reforço substancial no recurso à entrada de pessoal na Câmara Municipal. Consideramos que pode haver necessidade de suprir algumas lacunas de mão-de-obra em diversos serviços da Câmara, mas tal só deveria acontecer depois de uma análise cuidada da estrutura organizacional existente com uma consequente reestruturação dos seus recursos humanos o que até hoje não foi apresentada aos membros da Câmara.

Por outro lado, o total das despesas de capital baixam 241.260 Euros relativamente a 2018, o que significa menos investimento previsto para realização. Se a execução da despesa de capital em 2018 já é francamente baixa, a perspetiva para 2019 ainda será pior.

Globalmente, a proposta de orçamento para 2019 aumenta substancialmente a despesa corrente em detrimento da despesa de capital e por consequência um menor investimento, não indo ao encontro da resolução dos problemas do concelho.

Por estas razões, o representante do Partido Socialista na Câmara Municipal votou contra a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara dos Documentos Previsionais para 2019.» -----

O senhor Vereador Rogério Cação, eleito pela Coligação Democrática Unitária, entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2019

Conscientes que os Documentos Previsionais do Município para 2019 apresentam alguns aspetos que merecem particular atenção, nomeadamente o substancial aumento com os custos com pessoal e o fraco investimento previsto, a CDU optou pela abstenção atendendo a que uma boa parte do aumento dos custos com pessoal tem a ver com o processo de regularização dos precários e que a ausência de perspetivas fortes de investimento poderá vir a ser corrigida num futuro próximo. Foi neste sentido, e num quadro de coerência com o princípio da não obstaculização da gestão municipal que responsabilmente optámos pela abstenção.» -----

Os senhores Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata, entregaram a seguinte declaração

de voto:

«Declaração de voto

Documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2019

Os Vereadores do PSD votam contra a proposta de Orçamento para 2019 apresentada pelo Presidente da Câmara, Henrique Bertino, com os seguintes fundamentos:

- Estamos em presença de um orçamento que perspectiva um aumento de 13,70% com despesas/custos com pessoal, em cima do considerável aumento verificado entre 2017 e 2018. Nesse sentido há que lamentar não ter sido presente a discussão, uma relação que mostrasse os sectores onde será necessário reforçar e que fizesse parte uma nota explicativa face a este aumento na ordem dos 900 mil euros de custos com pessoal.
- Por outro lado, temos uma outra preocupação: o aumento da receita é consumido com a despesa corrente, deixando por isso o investimento de fora. Não é possível concordar com esta estratégia uma vez que se em 2018 não vimos investimento, em 2019 será muito pior.
- As despesas correntes crescem cerca de 900 mil euros e o investimento baixa cerca de 240 mil euros, se comparado com o ano interior, sendo que também as despesas de capital são para 2019 inferiores ao que estava previsto em 2018.

Estamos perante um orçamento que não se adequa às verdadeiras necessidades desta autarquia. As opções políticas deste executivo são contrárias ao necessário desenvolvimento do concelho, produzindo para o futuro graves desequilíbrios orçamentais, mas também em termos de estrutura funcional.» -----

4) Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças:----

Deliberação n.º 1363/2018: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com quatro votos a favor, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitos Por Peniche e da Coligação Democrática Unitária, e três abstenções, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata e Partido Socialista, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2019, conforme proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara. Os senhores Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, do Partido Social Democrata e do Partido Socialista informaram que iriam entregar declaração de voto sobre este assunto. -----

O senhor Vereador Rogério Cação, eleito pela Coligação Democrática Unitária, entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2019

A CDU estará sempre ao lado dos trabalhadores, em tudo o que signifique melhoria das suas condições de trabalho e dignificação do seu estatuto funcional, pessoal e profissional. A integração de trabalhadores precários foi uma luta em que nos empenhámos de uma forma clara e objetiva. O nosso voto favorável tem sobretudo esse significado.» -----

5) Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças:-----

Deliberação n.º 1364/2018: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com cinco votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitos Por Peniche, pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária, e duas abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano dos

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019. Os senhores Vereadores do Grupo de Cidadão Eleitores Por Peniche e a senhora Vereadora Cristina Leitão, do Partido Social Democrata informaram que iriam entregar declaração de voto sobre este assunto.-----

O senhor Vereador Filipe Sales, eleito pelo Partido Social Democrata, entregou a seguinte declaração de voto:

«*Declaração de voto*

Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019

A possibilidade da não concordância com uma proposta apresentada pelo Sr. Presidente é uma das vitórias de Abril. A minha abstenção nas Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento para o ano de 2019 está em linha com a minha posição assumida anteriormente a propósito da fixação dos preços pela prestação do serviço público de abastecimento de água, de saneamento e água residuais e de prestação de serviços e serviços auxiliares dos SMAS. Constituindo o tarifário um elemento central para a elaboração das GOP e Orçamento dos SMAS, tendo eu manifestado a minha discordância pela proposta de aumento muito superior à taxa de inflação, abstive-me no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e abstenho-me na votação desta proposta, em sede de Câmara Municipal fazendo votos para que o ano de 2019 seja um ano de recuperação dos resultados operacionais destes serviços, exortando a presidência para que se possa operar, no decurso deste ano, uma profunda reestruturação dos tarifários, de modo a garantir a sustentabilidade, não onerando ainda mais as famílias e empresas do nosso concelho.»-----

O senhor Vereador Jorge Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, entregou a seguinte declaração de voto:

«*Declaração de voto*

Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019

Votei favoravelmente o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos dos SMAS para o ano de 2019 tendo em consideração a pouca margem de manobra financeira para a resolução de outros projetos que há muitos anos aguardam concretização.

Reservo-me para aquando da utilização do saldo em abril próximo, contribuir para que alguns desses projetos sejam tidos em consideração quer no abastecimento de água quer no tratamento das águas residuais indo ao encontro das preocupações da população que representamos.

Peniche, 31 de outubro de 2018.

Jorge Manuel Rosendo Gonçalves.»

O senhor Vereador Rogério Cação, eleito pela Coligação Democrática Unitária, entregou a seguinte declaração de voto:

«*Declaração de voto*

Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019

Apesar de não integrar o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, a CDU tem acompanhado de perto o funcionamento deste setor estratégico para a Autarquia. Apesar de não integrar contributos da CDU, o documento pareceu-nos equilibrado e de acordo com as expectativas por nós traçadas em termos gerais. É nesta leitura que se fundamenta o nosso voto favorável.» (NIPG 16965/18) -----

6) Documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1365/2018: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com cinco votos a

favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitos Por Peniche, pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária, e duas abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019. Os senhores Vereadores do Grupo de Cidadão Eleitores Por Peniche, do Partido Social Democrata e do Partido Socialista informaram que iriam entregar declaração de voto sobre este assunto. -----

O senhor Vereador Rogério Cação, eleito pela Coligação Democrática Unitária, entregou a seguinte declaração de voto:

«*Declaração de voto*

Documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019

Por definição, somos contra os aumentos de tarifários, sempre que há soluções alternativas que o possam evitar. Acontece que nos foi tecnicamente provada a inevitabilidade dos aumentos propostos, designadamente tendo em conta o brutal decréscimo de consumos que se tem vindo a verificar. Votámos por isso favoravelmente a proposta, imbuídos do sentido de responsabilidade que desde sempre assumimos na participação autárquica.» (NIPG 16965/18) -----

7) Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1366/2018: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019. Os senhores Vereadores do Grupo de Cidadão Eleitores Por Peniche, do Partido Social Democrata e do Partido Socialista informaram que iriam entregar declaração de voto sobre este assunto. -----

O senhor Vereador Rogério Cação, eleito pela Coligação Democrática Unitária, entregou a seguinte declaração de voto:

«*Declaração de voto*

Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019

Coerentes com o princípio de defesa dos trabalhadores, enunciado quando da votação do Mapa de Pessoal da Câmara, não poderíamos deixar de votar em igual sentido relativamente aos Serviços Municipalizados. O Vereador da CDU, Rogério Cação.» (NIPG 16965/18) -----

FIXAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS:

8) Fixação dos preços pela prestação do serviço ao público de recolha de resíduos sólidos urbanos, para o ano de 2019 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 1367/2018: Deliberado, por maioria, com quatro votos a favor, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e Coligação Democrática Unitária, dois votos contra, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata, e uma abstenção do membro da Câmara Municipal eleito pelo Partido Socialista, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a seguinte proposta do senhor Presidente da Câmara: -----

1.º - As referidas na alínea a) do n.º A do Edital n.º 29/84, de harmonia com os escalões de consumo:

A.1 – LIXOS DOMÉSTICOS:

a) Tarifa fixa mensal, por consumidor 2,436 €

b) Tarifa variável, em função do consumo e por m³ de água consumida 0,2436 €

A.2 – COMÉRCIO, SERVIÇOS E PEQUENAS UNIDADES INDUSTRIAIS (não abrangidas pelo n.º B):

a) Tarifa fixa mensal, por consumidor	3,089 €
b) Tarifa variável, em função do consumo e por m ³ de água consumida:	
1.º escalão (0 – 10 m ³)	0,433 €
2.º escalão (11 – 30 m ³)	0,433 €
3.º escalão (31 – 100 m ³)	0,433 €
4.º escalão (superior a 100 m ³ e não abrangido pelo n.º B)	0,480 €
A.3 – USOS PÚBLICOS (incluindo serviços do Estado):	
a) Tarifa fixa mensal, por consumidor	3,089 €
b) Tarifa variável, em função do consumo e m ³ de água consumida	0,433 €
A.4 – OUTROS CONSUMOS:	
a) Tarifa fixa mensal, por consumidor	3,089 €
b) Tarifa variável, em função do consumo e por m ³ de água consumida:	
Consumos de utilidade pública	0,2436 €
2.º- As referidas no n.º B do Edital n.º 29/84:	
B – LIXOS NÃO-DOMÉSTICOS, DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E PEQUENAS UNIDADES INDUSTRIAIS (ou de consumo mensal superior a 500 m ³):	
- Por cada contentor (de 800 a 1100 litros)	790,00 €
Taxa de Gestão de Resíduos (Receita do Estado)	0,042 €/m ³

Deliberado ainda, considerar isentos do pagamento das tarifas fixa e variável as autarquias locais com sede na área do Município de Peniche e da tarifa fixa os consumidores de uso doméstico que, por virtude da sua situação económica, beneficiem do tarifário reduzido do serviço de águas e saneamento. Os senhores Vereadores do Grupo de Cidadão Eleitores Por Peniche e do Partido Social Democrata informaram que iriam entregar declaração de voto sobre este assunto. -----
O senhor Vereador Jorge Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Fixação dos preços pela prestação do serviço ao público de recolha de resíduos sólidos urbanos, para o ano de 2019

A proposta de Tarifário para 2019 dos Resíduos Sólidos Urbanos apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara contém um aumento global de 1,5%, valor estimado para a taxa de inflação.

Prevê uma arrecadação de receita na ordem de 1.264.755 Euros e um Resultado Operacional negativo de 92.565 Euros.

Com um valor de receita desta ordem de grandeza era exigível a prestação de um serviço de maior qualidade o que não tem sido visível nos últimos anos, incluindo o de 2018 já sob a responsabilidade da atual equipa que lidera a atividade da autarquia.

A nossa abstenção representa a expectativa que os municípios deste concelho têm relativamente a um sector que tem que ser mais eficaz e que deve contribuir para o desenvolvimento económico do município, especialmente no sector do Turismo.»-----

O senhor Vereador Rogério Cação, eleito pela Coligação Democrática Unitária, entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Fixação dos preços pela prestação do serviço ao público de recolha de resíduos sólidos urbanos, para o ano de 2019

A CDU rejeita alinhar em posições equívocas ou demagógicas. Nessa linha, foi procurar a fundamentação dos aumentos propostos e aperceber-se dos impactos que resultariam para os Serviços Municipalizados e para os municípios da sua não aprovação. E da análise que foi possível fazermos, resultou claro que a manutenção das tarifas resultaria num resultado altamente penalizador para os Serviços Municipalizados e, por via disso, com sérios impactos na importante

intervenção que têm junto dos munícipes. Votámos favoravelmente, na expectativa de que os aumentos propostos resultem numa clara melhoria dos serviços prestados aos munícipes.»-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 1368/2018: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo doze horas e quarenta e cinco minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselene Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 21 de janeiro de 2019, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
